

SIMPROFI: 17 anos de publicações nas áreas de conhecimento da Educação e da Engenharia de Produção

Dra. Neide de Brito Cunha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4945-4495>

Dra. Edna Mataruco Duarte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7147-2270>

Dra. Celi Langhi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5527-2412>

Resumo

As demandas de uma sociedade do conhecimento, que busca profissionais cada vez mais qualificados, justificam a necessidade crescente de mestres e doutores para atuação fora da docência no ensino superior. Assim, o Mestrado Profissional tem sua origem legal na Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998 da CAPES, sendo reconhecido como uma modalidade de formação profissional, e apresenta como objetivo principal uma mudança qualitativa no mestrando, de forma que esse possa entender a importância da pesquisa em sua área de atuação e consiga encontrar lacunas que poderiam ser tratadas futuramente, bem como consiga incorporá-la ao exercício de sua profissão. Desta forma, o que se busca formar, neste curso, é um pesquisador prático. Como forma de avaliação deve-se verificar, entre outras especificidades, o valor agregado ao aluno. Diante disto, o trabalho de conclusão ou os trabalhos realizados no decorrer do curso deverão constituir, preferencialmente, de casos de aplicação do conhecimento científico ao ambiente profissional, para o qual se destina. Partindo deste princípio, analisar a produção presente nos anais do Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional (SIMPROFI) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), poderá contribuir para o entendimento de como estão sendo construídos os conhecimentos nesta modalidade. Neste cenário, o objetivo principal é analisar os artigos apresentados nas 17 edições do Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional (SIMPROFI) do CEETEPS, e seus objetivos específicos serão averiguar as variáveis ano do evento; área do artigo; eixo temático; e instituição dos autores participantes. Para alcançar o objetivo especificado, foi realizado um levantamento dos trabalhos publicados nos anais do SIMPROFI, que estão no site da instituição. Os dados coletados foram inseridos e organizados na ferramenta IBM SPSS Statistics, e compreendem o período de 2006 a 2022. Os campos que serviram para construção das análises estatísticas foram: ano do evento, título do evento, área do artigo, eixo temático, título do trabalho, objetivo do trabalho e instituição do primeiro autor. Logo, trata-se de um levantamento, que buscou analisar por meio dos trabalhos publicados nos anais o que os números revelam com relação à produção das áreas de conhecimento da Educação e Engenharias III nas 17 (dezessete) edições do evento por meio de estatística descritiva. Como resultado foi possível identificar: (1) uma influência da pandemia do Covid 19 ocasionando um aumento nas publicações; (2) a grande maioria dos artigos foram apresentados por participantes do CEETEPS, seguidos por participantes da FATEC; e (3) área de Sistemas Produtivos foi a que mais publicou artigos no SIMPROFI.

Palavras-chave: Mestrado Profissional. Educação Profissional. CEETEPS.

Abstract

The demands of a knowledge society, which seeks increasingly qualified professionals, justify the growing need for masters and doctors to work outside of teaching in higher education. Thus, the Professional Master's Degree has its legal origin in Ordinance No. 80, of December 16, 1998 of CAPES, being recognized as a modality of professional training, and its main objective is a qualitative change in the master's student, so that he or she can understand the importance of research in your area of expertise and be able to find gaps that could be addressed in the future, as well as being able to incorporate it into the exercise of your profession. In this way, what we seek to train in this

course is a practical researcher. As a form of evaluation, among other specificities, the value added to the student must be verified. In view of this, the final work or the work carried out during the course should preferably consist of cases of application of scientific knowledge to the professional environment for which it is intended. Based on this principle, analyzing the production present in the proceedings of the Symposium of Professional master's Programs (SIMPROFI) of the Paula Souza State Center for Technological Education (CEETEPS), may contribute to the understanding of how knowledge is being constructed in this modality. In this scenario, the main objective is to analyze the articles presented in the 17 editions of the Symposium on Professional master's Programs (SIMPROFI) of CEETEPS, and its specific objectives will be to investigate the variables year of the event; article area; thematic axis; and institution of participating authors. To achieve the specified objective, a survey of works published in the SIMPROFI annals, which are on the institution's website, was carried out. The collected data were entered and organized in the IBM SPSS Statistics tool and cover the period from 2006 to 2022. The fields that were used to construct the statistical analyzes were: year of the event, title of the event, area of the article, thematic axis, title of the work, objective of the work and institution of the first author. Therefore, this is a survey, which sought to analyze, through the works published in the annals, what the numbers reveal in relation to the production of the areas of knowledge of Education and Engineering III in the 17 (seventeen) editions of the event through descriptive statistics. As a result, it was possible to identify: (1) an influence of the Covid 19 pandemic causing an increase in publications; (2) most articles were presented by CEETEPS participants, followed by FATEC participants; and (3) the Productive Systems area was the one that published the most articles in SIMPROFI.

Keywords: Professional Master's. Professional education. CEETEPS.

1 Introdução

A pós-graduação no Brasil tem sua origem na estrutura da universidade norte-americana, que por sua vez sofreu influência germânica. Nesse nível de escolaridade, o estudante é aquele que possui o grau de graduado e continuará seus estudos regulares em busca de um grau superior (BRASIL, 1965). Nesse sentido, a universidade mudou seu papel na sociedade, de forma a se dedicar à produção de pesquisa científica e tecnológica. Segundo o Parecer nº 977/65, aprovado em 31 de dezembro de 1965, ela se constitui em um local que se destina “não somente à transmissão do saber já constituído, mas voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora”.

Diante disso, é possível conceituar a pós-graduação *stricto sensu* como cursos regulares que darão sequência à graduação, organizados de forma sistemática, que buscam desenvolver e aprofundar a formação já realizada pelo discente em nível de graduação e conduzi-lo para obtenção de um grau acadêmico (BRASIL, 1965). Durante décadas, a pós-graduação tinha como foco a formação dos docentes e de pesquisadores, porém, as mudanças ocorridas e as novas demandas da sociedade fizeram com que houvesse a necessidade de repensar a estrutura vigente.

A Portaria nº 80 da CAPES, de 16 de dezembro de 1998, foi responsável pelo reconhecimento do Mestrado Profissional e acabou por dar origem a sua base legal. Ainda, a Resolução nº 7, de 11 de dezembro de 2017, que determina normas para o funcionamento da pós-graduação *stricto sensu*, apresenta em seu artigo 2º, a possibilidade de esses cursos serem organizados sob a modalidade de cursos profissionais pelas instituições. Assim, a pós-graduação *stricto sensu* passou a contemplar quatro graus: Mestrado Acadêmico, Doutorado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

Cabe ressaltar que, diferentemente do Mestrado Acadêmico, que busca formar um pesquisador, o Mestrado Profissional tem como objetivo a formação de

um pesquisador prático (ANDRÉ, 2017). Corroborando com essa perspectiva, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 a 2020, em sua proposta de aprimoramento, apresenta como principal objetivo dessa modalidade a formação de mestres e doutores que sejam capazes de enfrentar novos desafios científicos com autonomia intelectual, de forma a contribuir com o progresso científico, tecnológico, econômico e social da sociedade brasileira, enquanto pertencente a um mundo globalizado em rápida evolução (CAPES, 2018).

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, em seu artigo 17, apresentou a possibilidade de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior ministrarem algumas modalidades de cursos, dentre elas, a pós-graduação (BRASIL, 1968). Nesse sentido, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), que teve origem em 1969, com o compromisso o desenvolvimento de cursos de ensino superior e a formação de profissionais que atendessem as demandas por inovação de empresas e organizações, a partir de sua *expertise* com ensino e extensão na área de tecnologia deu continuidade na formação de profissionais nessa modalidade de ensino (CPSPPOS, s.d.).

Atualmente, o CEETEPS oferece o curso de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, que tem como área de conhecimento a Educação e o curso de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos, cuja área de conhecimento é Engenharias III. Entre os anos 2000 e 2012 foi ofertado o curso de Mestrado Profissional em Tecnologia, Gestão, Desenvolvimento e Formação, o qual foi descontinuado.

Cabe ressaltar, que para André (2017), houve uma relutância da área da Educação para reconhecer o Mestrado Profissional, sendo o primeiro aprovado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em 2009. Para a autora, a justificativa era o temor de uma possível perda da valorização da pesquisa. Contudo, segundo informações da Plataforma Sucupira¹, a área da Educação concentra um total de 307 cursos de pós-graduação, sendo 137 de Mestrado Acadêmico, 101 de Doutorado Acadêmico, 56 de Mestrado Profissional e 13 Doutorado Profissional. Assim, é possível evidenciar que essa preocupação já foi superada.

No entanto, há poucos Programas de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, principalmente na região Sudeste. Diante disso, segundo dados da Capes (2023) o Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional oferecido pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza se apresenta como o único, nesta região, se forem desconsideradas as Instituições Federais. No que tange à área de Engenharias III, curso Engenharia de Produção, segundo a Plataforma Sucupira² totaliza 79 cursos de pós-graduação, sendo 38 de Mestrado Acadêmico, 25 de Doutorado Acadêmico, 15 de Mestrado Profissional e 1 Doutorado Profissional. Dentre eles o Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos oferecido pelo CEETEPS.

Para Ribeiro (2005), o Mestrado Profissional deve ser avaliado, entre outras especificidades, pelo valor agregado ao aluno. Diante disso, o trabalho de conclusão ou os trabalhos realizados no decorrer do curso deverão se constituir,

¹ Plataforma Sucupira. Cursos Avaliados e Reconhecidos - Educação. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=38>. Acessado em: 08/09/2023.

² Plataforma Sucupira. Cursos Avaliados e Reconhecidos – Engenharia III. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=13>. Acessado em: 08/09/2023

preferencialmente, de casos de aplicação do conhecimento científico ao ambiente profissional para o qual se destina. Partindo desse princípio, analisar a produção nos anais do Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional (SIMPROFI) do CEETEPS, poderá contribuir para o entendimento de como estão sendo construídos os conhecimentos nesta modalidade, como definido no objetivo desta pesquisa.

2 Objetivo

O objetivo principal é analisar os artigos apresentados nas 17 edições do Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional (SIMPROFI) do CEETEPS. Como objetivos específicos serão averiguadas as variáveis ano do evento; área do artigo; eixo temático; e instituição dos autores participantes.

3 Referencial Teórico

3.1 Educação Profissional

Conceituar a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil não é uma tarefa fácil, visto que ela teria sua origem nas tribos indígenas que tinham em seu processo educacional a relação direta com seu cotidiano e com a socialização das pessoas, sendo os mais velhos a fonte do saber. Logo, a educação indígena, ao tratar das especificidades da comunidade, tais como: produção, cultura e aspectos socioambientais abarcava a formação do índio integralmente, preparando-o, entre outras atividades, para o trabalho. (CORDÃO; MORAES, 2017; MORAES; ALBUQUERQUE, 2019).

Nesse contexto e na busca de contribuir com o entendimento sobre o tema, Moraes e Albuquerque (2019) utilizaram a estrutura legal, por meio de leis, decretos, portarias, entre outros documentos oficiais e iniciaram seus estudos com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Ao utilizar esse material, os autores, acabaram registrando as mudanças que ocorreram ao longo do tempo na estruturação da Educação Profissional até os dias atuais, apresentado ao final um esquema da realidade brasileira.

Vale ressaltar que há outros documentos legais que tratam da Educação Profissional, anteriores à LDB de 1996, conforme pontuado por Cordão e Moraes (2017), dentre eles é possível elencar : (1) o Decreto nº 21.303, de 1932, que apresentava a iniciativa de criação da primeira universidade técnica em São Paulo, contudo isto não chegou a ser concretizado e ficou apenas no papel (CORDÃO; MORAES, 2017; (2) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1961, que na concepção de Cordão e Moraes (2017) contribuiu para finalizar com a ideia de uma educação que diferenciava seu público, ofertando uma formação para a elite e outra para a classe operária; e (3) a Lei nº 5.540, de 1968, que fixava normas para o ensino superior, sendo a primeira tentativa de apresentar a possibilidade de oferta de cursos superiores para a formação de tecnólogos (CORDÃO; MORAES, 2017).

No entanto, foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que ocorreu a inserção de um capítulo dedicado ao tema, denominado Educação Profissional (CORDÃO; MORAES, 2017). Na perspectiva de Moraes e

Albuquerque (2019), a inclusão desse capítulo fez emergir a ideia de uma estrutura paralela ao sistema educacional, no qual a Educação Profissional estaria localizada, porque para a LDB/96 há apenas dois níveis de escolaridade: a educação básica e a educação superior. Todavia, o Decreto nº 2.208/97 acabou por excluir essa ideia, pois apresentou a Educação Profissional com níveis próprios, denominados: básico, técnico e tecnológico. Cabe ressaltar que as denominações não apresentam correspondência com os níveis regulares propostos pela lei, de acordo com Moraes e Albuquerque (2019) visto que, na nova regulamentação, o termo básico não está relacionado com a educação básica, determinada pelo artigo 21 da LDB e os termos técnico e tecnológico estão relacionados à definição semântica dessas palavras. O Decreto, ao contrário, separa a relação essencial entre a técnica e a tecnologia e estabelece uma hierarquia conceitual imprópria em que o termo tecnológico fica relacionado à oferta de educação superior.

Ainda, o Decreto nº 2.208/97 apresentou em seu artigo 4º um nível básico de educação profissional que aceitava a educação não formal e uma duração variável e, em seu artigo 5º, extinguiu os cursos técnicos integrados ao médio. Esse decreto acabou sendo revogado pelo Decreto nº 5.154/2004, e entre outros aspectos, para os autores, apresentava: a formação inicial e continuada dos trabalhadores; retornava à integração entre os cursos técnicos e ensino médio; e estendia a Educação Profissional à pós-graduação. Contudo, Moraes e Albuquerque (2019) pontuam que esse decreto não rompeu com os (sub)níveis da Educação Profissional, que apresentava as denominações: (1) formação inicial e continuada de trabalhadores; (2) profissional técnica de nível médio; e (3) profissional tecnológica.

A Lei nº 11.741 de 2008 trouxe algumas alterações e inclusões no texto da LDB/96, dentre elas, o título do Capítulo III, que acrescentou o termo Educação Profissional e Tecnológica, e incluiu que este nível de ensino cumpriria os objetivos de uma educação nacional, juntando-se aos vários níveis e modalidades existentes, bem como a dimensão do trabalho, da ciência e da tecnologia. No segundo parágrafo desse artigo houve a inclusão dos níveis de escolaridade que fariam parte dessa categoria, entre eles, a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, e no terceiro parágrafo estabeleceu que eles seriam organizados conforme seus objetivos, características e duração, seguindo as diretrizes curriculares nacionais determinadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE (CORDÃO; MORAES, 2017). Moraes e Albuquerque (2019) chamam à atenção para existência de dois títulos, no capítulo III da LDB/96, o que já existia Educação Profissional, e a inclusão pela referida lei do título Educação Profissional e Tecnológica, sendo apresentados como sinônimos.

O levantamento realizado, que teve como base documentos oficiais contribuiu para que Moraes e Albuquerque (2019) elaborassem um Diagrama Estrutural da Educação Brasileira, que apresentou os níveis escolares segundo a LDB/96: (1) educação básica, que compreende: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e (2) educação superior, composta pela graduação e pós-graduação. E ainda contemplou os cursos de qualificação profissional, denominados Formação Inicial e Continuada, que são independentes de nível de escolaridade. Dessa forma, esse esquema, acabou por possibilitar uma compreensão adequada da Educação Profissional e como ela se apresenta na realidade brasileira, e contribui com este artigo ao permitir a localização do Mestrado Profissional, nessa estrutura, assunto a ser tratado na próxima seção.

3.2 Mestrado Profissional

A Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, da CAPES, é responsável pelo reconhecimento do Mestrado Profissional e acaba por dar origem à sua base legal (CAPES, 1998). Logo, para Ribeiro (2006), não há uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República que dá conta de sua existência. Dessa forma, a Portaria nº 80/98, em seu artigo 2º, estabelece os requisitos e condições para que o curso possa receber essa denominação, dentre elas, vale destacar: (1) estrutura curricular vinculada a sua especificidade e articulação do ensino com a aplicação profissional; (2) quadro docente constituído, dentre outros, de profissionais com qualificação e experiência em campo pertinente à proposta do curso; (3) apresentação de trabalho final sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, ou outros, desde que atendam a natureza da área e seus fins. Vale ressaltar que esse documento reconhece o Mestrado Profissional como uma modalidade de formação profissional em consonância com o apresentado por Moraes e Albuquerque (2019) em seu Diagrama Estrutural da Educação Brasileira.

Nesse sentido, para Ribeiro (2006), o Mestrado Profissional visa uma mudança qualitativa no mestrando, não tendo como pretensão inicial que ele se torne um pesquisador, mas que possa entender a importância da pesquisa em sua área de atuação e consiga encontrar lacunas que poderiam ser tratadas futuramente, bem como consiga incorporá-la ao exercício de sua profissão. Desse modo, o Mestrado Profissional se diferencia do Mestrado Acadêmico por meio do resultado esperado ou produto. Assim, enquanto no Mestrado Acadêmico ocorre a imersão na pesquisa de maneira a formar um pesquisador, o Mestrado Profissional que também proporciona a imersão na pesquisa, tem como objetivo formar o indivíduo para o mundo profissional externo à academia (RIBEIRO, 2005).

Para esse autor, essa modalidade de formação profissional vem para atender as demandas de uma sociedade do conhecimento, que busca profissionais cada vez mais qualificados, justificando a necessidade crescente de mestres e doutores para atuação fora da docência no ensino superior. Uma vez que essa modalidade busca uma mudança qualitativa no indivíduo nela formado, Ribeiro (2005) aponta alguns itens que poderiam contribuir para sua evidência, dentre eles, avaliar o trabalho de conclusão ou trabalhos realizados ao longo da formação do discente, de forma a verificar se eles constituem casos de aplicação do conhecimento científico ao ambiente profissional ao qual o curso busca atender. Além desse aspecto, o autor, chama a atenção para o acompanhamento do destino do egresso como fonte de entendimento da qualidade em sua formação.

De acordo com a Portaria nº 60, de 20 de março de 2019, artigo 2º, o Mestrado Profissional enquanto uma modalidade de formação de pós-graduação *stricto sensu*, tem como objetivo:

- I - capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;
- II - transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;
- III - contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;
- IV - atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados;
- V -

formar doutor com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade em seu campo de atuação (CAPES, 2019).

Com isso, esse documento deixa claro que o objetivo do Mestrado Profissional vai além de atender as demandas de empresas, pois busca contemplar também as necessidades da sociedade. De acordo com Ribeiro (2005), a sociedade não é o mesmo que empresas ou mercado e a transferência de conhecimento científico deve ter um alcance social e político de forma a ser debatida nestas esferas. Esse posicionamento é importante para evitar preconceitos com relação a essa modalidade de formação.

André (2017) corrobora com Ribeiro (2005, 2006) ao registrar em seu trabalho que o Mestrado Profissional busca a formação de um pesquisador prático, pois esta modalidade visa proporcionar o ferramental necessário para que o mestrando possa compreender e analisar criticamente sua prática profissional e desta maneira encontrar os meios para aperfeiçoá-la. Diante disso, André (2017) apresenta uma perspectiva para além de um formando que será um consumidor ou usuário privilegiado de pesquisa, atribuindo a eles, dentre outras atitudes e habilidades, a autonomia e a análise crítica. Para tanto, é preciso que o mestrando desenvolva o aprendizado da problematização, da argumentação, da revisão bibliográfica, da produção e análise de dados, assim como a sistematização e o relato do caminho percorrido.

Nesse cenário, as Instituições de Ensino Superior públicas ou privadas que oferecem essa modalidade de formação profissional de pós-graduação *stricto sensu*, deverão tratar as especificidades dos cursos ofertados de acordo com a área de conhecimento, de maneira a formar um pesquisador prático, que atenda as demandas de uma sociedade do conhecimento. Ainda, sua produção final ou no decorrer de sua formação, deverá constituir-se de casos de aplicação do conhecimento científico ao ambiente profissional ao qual o curso busca atender. Neste artigo são tratados dois cursos de Mestrado Profissional oferecidos por uma Instituição de Ensino Superior Pública, e suas especificidades constituem o tema da próxima subseção.

Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos (MPGTSP) e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional (MPGDEP)

O Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos (MPGTSP) foi criado em 2012 e é oferecido pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), de acordo com o disposto no Quadro 1.

Como apresentado no Quadro 1, a estrutura do curso apresenta como área de concentração Sistemas Produtivos e possui três linhas de pesquisa nas quais se apresentam diferentes projetos de pesquisa. Cabe ressaltar, de acordo com o Regulamento, em seu parágrafo 2º, que as linhas de pesquisa tratam as especificidades e são coordenadas por docentes permanentes do programa, que buscam garantir a articulação entre os docentes, projetos de pesquisa, ementas e temáticas das dissertações (POSCPSA, s.d.). O objetivo é habilitar os egressos que atuarão na liderança de atividades técnico-científicas, de forma a desenvolver, inovar ou transformar os processos e sistemas nas áreas de produção, informação

e organização. Além disso, eles deverão fazer uso do método científico e da pesquisa aplicada.

Quadro 1 – Distribuição dos Projetos de Pesquisa por Linhas de Pesquisa

Linha de Pesquisa	Projetos de Pesquisa
Gestão da Produção e de Operações	Inovação de Processos e Desenvolvimento de Produtos
	Otimização da Produção e Operações
	Gestão Financeira de Sistemas Produtivos
	Gestão Estratégica da Qualidade
Sistemas de Informação e Tecnologias Digitais	Gestão da Tecnologia da Informação
	Tecnologias Digitais em Sistemas Produtivos
Gestão da Inovação Tecnológica e Sustentabilidade	Gestão da Inovação Tecnológica
	<i>Design Management</i>
	Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Fonte: Autoras (2023).

O Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional (MPGDEP) começou a ser oferecido pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) a partir de 2014 e possui como compromisso a melhoria da educação profissional, de forma a contribuir com o desenvolvimento de estudos e pesquisas que proporcionem soluções e práticas para os desafios desta área de conhecimento (POSCPSB, s.d.). Vale mencionar que, no primeiro trimestre de 2021, ocorreu a centésima defesa de dissertação, fato relevante, principalmente ao se considerar que esse Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica se configura como o único disponível na região Sudeste na área de Educação, com exceção feita ao programa de mestrado em rede das instituições federais (CAPES, 2023).

Entre os objetivos elencados pelo programa, é possível destacar: (1) atendimento às demandas sociais e do mercado de trabalho; (2) formação voltada ao atendimento do desenvolvimento tecnológico e inovação; e (3) ampliação da oferta da educação profissional. Nessa direção, o programa do MPGDEP tem como área de concentração educação e trabalho, e está estruturado em duas linhas de pesquisa: Formação do Formador e Políticas, Gestão e Avaliação (POSCPSB, s.d.). Elas apresentam os projetos de pesquisa elencados no Quadro 2.

De acordo com o Quadro 2, há duas linhas de pesquisa e cada uma delas se divide em dois projetos de pesquisa para atender as demandas dos mestrandos. Ainda, de acordo com o Regulamento dos dois programas (POSCPSA, s.d.; POSCPSB, s.d.), há duas fases que compreenderão a formação discente. A primeira, na qual ocorre a realização das atividades curriculares programadas e o exame de qualificação do projeto de dissertação, tornando possível a verificação do aproveitamento e a capacidade do candidato para sua conclusão. Na fase seguinte, segunda, ocorre a dedicação às atividades de investigação para preparar a dissertação que apresentará os resultados da pesquisa. Além das disciplinas, qualificação do projeto de dissertação e entrega do relatório com os resultados da pesquisa, esse aluno deve elaborar e apresentar trabalhos científicos, durante sua formação em eventos e periódicos da área de conhecimento. É nesse contexto que o Programa de Pós-Graduação oferece aos discentes a oportunidade de socializar suas pesquisas por meio do Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional –

SIMPROFI e que se configura como objeto de estudo deste trabalho. Dessa forma, na próxima seção será apresentado o método aplicado neste estudo.

Quadro 2 – Distribuição dos Projetos de Pesquisa por Linhas de Pesquisa

Linha de Pesquisa	Projeto de Pesquisa
Formação do Formador	Saberes e Trabalho Docente
	Ensino e Aprendizagem
Políticas, Gestão e Avaliação	Concepções e Políticas da Educação Profissional
	Gestão, Avaliação e Organização da Educação Profissional

Fonte: Autoras (2023).

4 Método

Para a realização desta pesquisa buscou-se levantar os trabalhos publicados nos anais do Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional (SIMPROFI) organizado pelos docentes dos Programas de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Os anais que contêm os trabalhos publicados estão disponíveis no site³ da instituição. Os dados coletados foram inseridos e organizados na ferramenta IBM SPSS Statistics versão 22 e Microsoft Excel e compreendem o período de 2006 a 2022. Os campos que serviram para construção das análises estatísticas foram ano do evento; título do evento; eixo temático; área do artigo; e instituição dos autores participantes. Logo, trata-se de um levantamento, que buscou analisar por meio dos trabalhos publicados nos anais o que os números revelam com relação à produção das áreas de conhecimento da Educação e Engenharias III nas 17 (dezessete) edições do evento por meio de estatística descritiva.

5 Resultados e Discussão

O SIMPROFI, organizado pela Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do CEETEPS (UPEP/CEETEPS), acontece anualmente e teve sua primeira edição em 2006. Trata-se de um evento que buscou ao longo desses anos reunir trabalhos multidisciplinares e contribuiu com sua divulgação científica para comunidade acadêmica científica e para o setor produtivo, das pesquisas realizadas pelos Programas de Mestrado Profissional de diferentes instituições de ensino (CPSPoS, s.d.).

A apresentação dos resultados respeitará os objetivos específicos definidos, a saber, ano do evento; área do artigo; eixo temático; e instituição dos autores participantes. Assim, de acordo com o primeiro deles, a Tabela 1 apresenta a distribuição dos trabalhos por ano.

³ Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional – SIMPROFI, site: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/noticia/publicaCAo-dos-anais-do-xvi-simpOsio-dos-programas-de-mestrado-profissional>

Tabela 1 - Distribuição dos trabalhos apresentados no Simprofi por ano

Ano	Título do Evento	Frequência	%
2006	I Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	33	2,9
2007	II Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	29	2,5
2008	III Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	23	2,0
2009	IV Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	51	4,5
2010	V Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	65	5,7
2011	VI Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	49	4,3
2012	VII WorkShop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	48	4,2
2013	VIII Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	86	7,6
2014	IX Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	46	4,0
2015	X Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	87	7,6
2016	XI Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	98	8,6
2017	XII Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	98	8,6
2018	XIII Workshop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	65	5,7
2019	XIV WorkShop Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza	70	6,2
2020	XV Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional	115	10,1
2021	XVI Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional	98	8,6
2022	XVII Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional	77	6,8
TOTAL		1138	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se, na Tabela 1, que o Simpósio foi chamado de Workshop até o ano de 2019. O ano que teve o menor número de artigos publicados no SIMPROFI foi o de 2008 (2,0%) e o com maior número o de 2020 (10,1%). Cabe lembrar que em 2020 houve a pandemia de COVID19, e o Simpósio foi oferecido por meio virtual. Esse fato possibilitou a participação de um maior número de pesquisadores e levou a coordenação do SIMPROFI a aderir a esse formato até o presente ano.

O segundo objetivo específico foi o de analisar o número de artigos por áreas estabelecidas nos eventos. O Gráfico 1 traz os resultados desse levantamento.

Gráfico 1 – Artigos publicados por áreas estabelecidas pelo SIMPROFI



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se no Gráfico 1 que a área de Sistemas Produtivos foi a que mais teve artigos publicados no SIMPROFI. Esse resultado se deve ao fato de o Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos ser mais antigo e ter iniciado suas atividades no ano de 2012. Em segundo lugar, destaca-se a área Educação Profissional e Tecnológica. Quanto às frequências por Eixos Temáticos, terceiro objetivo específico delimitado neste trabalho, a Tabela 2 traz esses dados.

Tabela 2 – Distribuição dos Eixos Temáticos do Simprofi

Eixo Temático	Frequência	%
Ensino e Aprendizagem	54	4,7
Gestão e Negócios	10	,9
Gestão Ambiental e Ocupacional para o Desenvolvimento Tecnológico	11	1,0
Desenvolvimento de Tecnologias e Sistemas	18	1,6
Gestão, Avaliação e Organização da Educação Profissional	43	3,8
Infraestrutura de TI	1	0,1
Tecnologias e Materiais para Sistemas Produtivos	10	0,9
Saberes e Trabalho Docente	50	4,4
Serviços, Engenharia e Gestão	9	0,8
Gestão e Mudanças Organizacionais	21	1,8
TI Aplicada	11	1,0
Gestão da Produção e Operações	36	3,2
Educação e Formação Profissional e Tecnológica	20	1,8
Sistemas de Informação e Tecnologias Digitais	25	2,2
Desenvolvimento e Gestão de TI	5	0,4
Sistemas Organizacionais	36	3,2
Gestão da Inovação Tecnológica e Sustentabilidade	11	1,0
Gestão Ambiental e Ocupacional para o Desenvolvimento Sustentável	14	1,2
Gestão de Pessoas	5	0,4
Gestão Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos	5	0,4
Educação Corporativa	21	1,8
Educação Corporativa	4	0,4
Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias da Informação Aplicadas	82	7,2
Desenvolvimento Tecnológico para Sistemas Produtivos	15	1,3
Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	7	0,6
Gestão Ambiental	8	0,7
Otimização e Qualidade de Sistemas Produtivos	13	1,1
Fundamentos e Práticas no Contexto da Formação e da Educação Profissional	12	1,1
Formação de Professores	6	0,5
Gestão e Desenvolvimento de Formação Tecnológica	69	6,1
Gestão de Operações e Logística	58	5,1
Gestão de Operações	13	1,1
Políticas para Educação Profissional	4	0,4
Fundamentos e Práticas	22	1,9
Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias Ambientais	50	4,4
Gestão de Recursos Humanos nas Organizações	23	2,0
Gestão e formação de RH	13	1,1
Sistemas Gestores na Educação Profissional	4	0,4
Gestão e Avaliação	20	1,8
Ambiente, Segurança e Saúde	13	1,1
Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação	27	2,4
Gestão Estratégica de TI	8	0,7
Formação de Professores	8	0,7
Política Educacional	22	1,9
Aspectos Humanos da Tecnologia	5	0,4
Meio Ambiente e Saúde Ocupacional para o Desenvolvimento Sustentável	7	0,6
Fundamentos e Práticas	19	1,7
Práticas de Educação Profissional e Tecnológica e Educação Corporativa	16	1,4
Controle e Processos de Produção	4	0,4

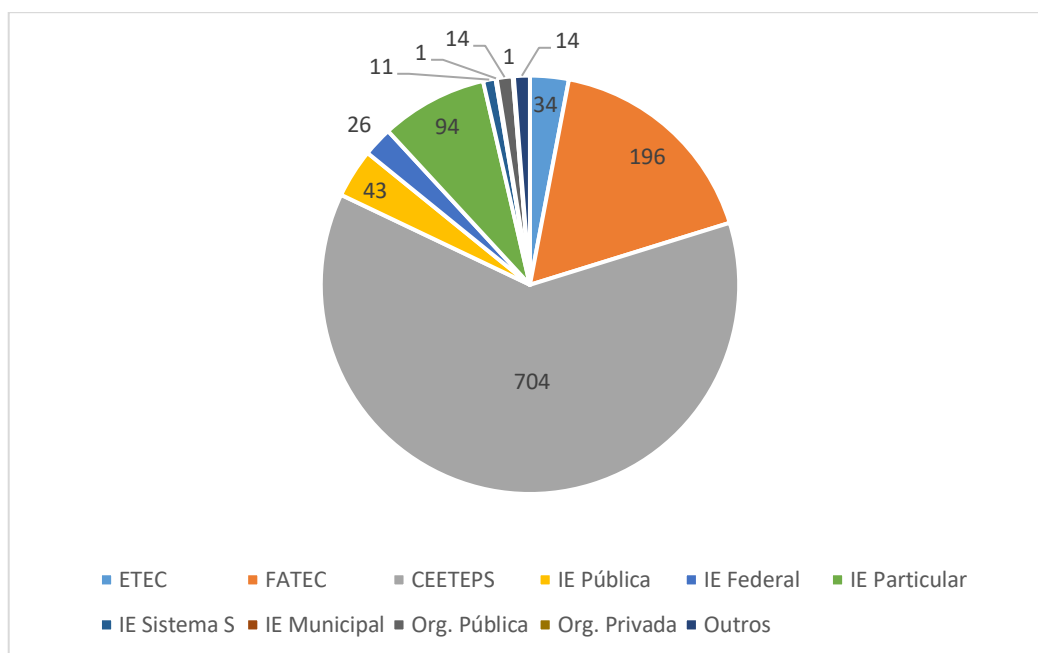
Meio Ambiente e Saúde Ocupacional	23	2,0
Gestão e Avaliação	9	0,8
Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica	9	0,8
Desenvolvimento de TI	1	0,1
Tecnologia da Informação	35	3,1
Política Educacional	9	0,8
Práticas de Educação Profissional e Tecnológica e Educação	17	1,5
Formação Profissional e Tecnológica	13	1,1
Tecnologias e Materiais	8	0,7
Concepções e Políticas da Educação Profissional	35	3,1
Gestão de TI	5	0,4
Tecnologias e Materiais	6	0,5
Total	1138	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 2, o Eixo Temático que teve mais artigos publicados foi o Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias da Informação Aplicadas, com 82 trabalhos (7,2%). Em segundo lugar ficou o eixo Gestão e Desenvolvimento de Formação Tecnológica, com 69 (6,1%) e o Gestão de Operações e Logística, com 58 (5,1%) do total de 1.138 artigos publicados nos anais do SIMPROFI. Cabe salientar que esses números também se devem ao fato de o Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos ser mais antigo que o Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional.

O último objetivo estabelecido é a distribuição dos trabalhos pelas instituições dos participantes do SIMPROFI. O Gráfico 2 mostra os resultados dessa distribuição.

Gráfico 2 – Distribuição de trabalhos por Instituição de Ensino dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa

O CEETPES aparece como a instituição com mais artigos nos anais, aproximadamente 704 (62%). Com isso é possível inferir que há um engajamento dos alunos, egressos e corpo docente com relação ao evento e sua manutenção

nesses 17 anos. Em segundo lugar em número de publicações aparece as FATECs, com um total de 196 trabalhos, que corresponde a 17%. As Instituições Particulares aparecem na terceira posição com 94 trabalhos ou seja 8% das publicações. As Instituições Públicas e Federais, juntas totalizam 7% dos trabalhos. O Senac, com 11 trabalhos e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul, com um trabalho, sendo que o primeiro foi classificado na categoria IE Sistema S e o segundo na categoria IE Municipal são outras instituições que aparecem nos anais do evento.

Há trabalhos que constam como primeiro autor órgãos como a Prefeitura de São Paulo, SABESP, Polícia Militar, entre outros, que foram agrupados na categoria Órgãos Públicos, que permite constatar a participação de outros setores não caracterizados como estabelecimento educacional. Este fato chama a atenção e deixa dois questionamentos: (1) seria(m) discente(s) de um dos programas ou de outro programa fora da instituição organizadora que se reconhecem como profissionais do mercado que está(ão) publicando em um evento científico? Ou (2) profissionais destas organizações públicas que viram no evento a possibilidade de socializar suas pesquisas em um evento científico? O fato é que independente da resposta ou outra possibilidade que não tenha sido citada, há uma situação em que uma identidade profissional se sobressai e na outra opção o profissional, de fato, está publicando no evento. Também há um trabalho da IBM, que foi classificada na categoria Organização Privada, que vem de encontro aos questionamentos.

Essas informações permitem inferir que há uma divulgação efetiva do evento junto a cursos de pós-graduação e graduação, possibilitando com que docentes, mestres e/ou doutores, publiquem seus trabalhos nos Anais do evento, façam apresentações de suas pesquisas e participem dos debates. Também têm a oportunidade de publicarem seus artigos em revistas científicas, conveniadas com o evento, por meio de ações de fast-track, ou seja, publicação dos artigos mais bem avaliados pelos pareceristas do SIMPROFI.

6 Considerações finais

O SINPROFI, que em 2023 está em sua 18ª edição, foi responsável pela divulgação de 1138 artigos nas áreas de Educação e de Engenharias III, por meio de Anais que se encontram no site da instituição organizadora. Isso indica que há quase duas décadas o evento contribui com a divulgação de pesquisas nessas duas áreas.

É importante ressaltar que a oferta do evento foi ininterrupta, e que a mudança de nome de Workshop para Simpósio, em 2019, foi mera atualização uma vez que o evento já manifestava características de simpósio conforme pode ser observado em seus objetivos. Também deve-se destacar que a comissão organizadora foi composta por professores dos dois cursos de mestrado profissional mantidos pelo CEETEPS, e com o apoio de profissionais administrativos da própria UPEP.

No que diz respeito ao SIMPROFI, a pandemia de Covid 19 foi um marco importante porque possibilitou o uso de ferramentas tecnológicas em sua oferta, o que permitiu a participação de um maior número de pesquisadores, muitos deles moradores de outros estados brasileiros.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, foram analisados os artigos das 17 edições do evento o que também atendeu aos objetivos específicos uma vez que

essa análise contou com a averiguação das variáveis ano do evento; área do artigo; eixo temático; e instituição dos autores participantes.

Quanto à distribuição dos artigos por eixos temáticos, verifica-se que esses temas foram sendo alterados no decorrer dos anos. Por isso, em uma outra pesquisa, poderia se buscar equivalências conforme os conceitos e objetivos de cada tema.

A título de recomendações, sugere-se que para as próximas edições do SIMPROFI se amplie sua divulgação, de forma a abranger pesquisadores e discentes de outros programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como pesquisadores de outros países que se interessam pela divulgação científica nas áreas de Educação e de Sistemas Produtivos.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 823-841, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.17.053.AO06>

BRASIL. **LEI Nº 11.741**, DE 16 DE JULHO DE 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Parecer CFE Nº 977**, aprovado em 3 dezembro de 1965. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NsLTtFBTJtpH3QBFhxFgm7L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2023.

CAPES. **Portaria Nº 60**, de 20 de março de 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-060-2019-03-20.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Publicado em 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2018-pnpg-cs-avaliacao-final-10-10-18-cs-final-17-55-pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

CAPES. **Portaria nº 80**, de 16 de dezembro de 1998. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/88/84>. Acesso em: 08 set. 2023.

CAPES. **Quantitativo dos cursos reconhecidos pela CAPES**. (Website). 2023. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf;jsessionid=IR9Lhr86ZZo7DBa7ojKAXCO4.sucupira-218?areaAvaliacao=38&areaConhecimento=70800006&cdRegiao=0>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CORDÃO, F. A.; MORAES, F. de. **Educação profissional no Brasil**: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac, 2017.

CPSPOS. **Histórico do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional**. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/stricto-sensu/mestrado-profissional-em-gestao-e-desenvolvimento-da-educacao-profissional>.

Acesso em: 08 set. 2023.

POSCPSA. **Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos**. Disponível em <http://www.pos.cps.sp.gov.br/stricto-sensu/mestrado-profissional-em-gestao-e-tecnologia-em-sistemas-produtivos>. Acesso em: 08 set. 2023.

POSCPSB. **Mestrado Profissional e, Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional**. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/stricto-sensu/mestrado-profissional-em-gestao-e-desenvolvimento-da-educacao-profissional>. Acesso em: 08 set. 2023.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. **As estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 50 p.

RIBEIRO, R. J. Ainda sobre o Mestrado Profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 313-315, dez. 2006. DOI: <http://10.21713/2358-2332.2006.v3.113>

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005. DOI: <http://10.21713/2358-2332.2005.v2.72>